

***História Ambiental em perspectivas:
o urbano, o marítimo e suas
espacialidades***

Raimundo Pereira Alencar Arrais

Entrevista concedida aos membros
da Equipe Editorial da revista Espacialidades¹

* * *

Espacialidades: Gostaríamos que o senhor começasse nos falando um pouco sobre sua formação acadêmica e as temáticas que o senhor já pesquisou e que pesquisa atualmente.

Prof. Raimundo Arrais:

Sou graduado em História pela Universidade Católica de Goiás, tendo realizado mestrado em História Social do Nordeste na Universidade Federal de Pernambuco, Doutorado em História Social na Universidade de São Paulo e Estágio Pós Doutoral de um ano no CRHIA (Centre de Recherches en Histoire Internationale et Atlantique), La Rochelle, França. Desde o mestrado tenho me dedicado à história social. No mestrado estudei a participação popular num evento da República Velha de grande repercussão e violência na cidade do Recife no ano de 1911. A dissertação procurou privilegiar a cultura urbana do Recife como uma linguagem significativa para a compreensão daquele evento. A tese de doutorado estudou a mesma cidade, recuando para o século XIX no propósito de compreender a formação do seu espaço público. Desde então, minhas pesquisas têm privilegiado os temas urbanos e a cultura, fazendo uso sistemático da literatura como testemunho histórico. Há algum tempo me voltei para os estudos sobre a cidade de Natal no século XX, colocando acento nas

¹Flávia Emanuelly Lima Ribeiro Marinho; Francisca Kalidiany de Abrantes Lima; Keidy Narely Costa Matias; Priscilla Freitas de Farias; Renan Vinícius Alves Ramalho; Tyego Franklim da Silva.

representações espaciais associadas às transformações das formas e dos usos da cidade.

Atualmente, tenho dois projetos de pesquisa em execução. O primeiro, próximo da conclusão, é um livro sobre a cidade de Natal nas três primeiras décadas do século XX, no qual proponho uma interpretação sobre a relação da cidade (sobretudo seus grupos dirigentes) com o mundo exterior à cidade. Neste livro procuro avançar em relação a alguns temas que desenvolvi em publicações nos últimos dez anos.

O segundo, em realização, está voltado para o Arquipélago de São Pedro e São Paulo, no âmbito do Programa Arquipélago São Pedro e São Paulo-CNPQ), intitulado “De rochedo à arquipélago: uma história da emergência de São Pedro e São Paulo na pesquisa científica brasileira”, uma proposta que se situa no cruzamento entre a história da ciência, história ambiental, história das mobilidades no oceano Atlântico, e terá como produtos finais um livro e um documentário.

Espacialidades: Entrando na temática do nosso próximo dossiê, a saber, “*História Ambiental, relações socioculturais e suas espacialidades*”, gostaríamos que o senhor comentasse um pouco sobre o papel do historiador e a relevância dos estudos envolvendo a natureza e os espaços para a sociedade.

Prof. Raimundo Arrais:

Os processos históricos amplos frequentemente compreendem processos de transformação da natureza, variáveis em escala e em intensidade conforme a sociedade e a época. Considerando o assunto no tempo longo, podemos dizer que o mais alto grau dessa transformação se dá nas aglomerações urbanas, as cidades, edificadas sobre a ruptura em relação às condições e às limitações que o tempo da natureza impunha aos indivíduos.

Os historiadores estudam os indivíduos inseridos nas relações sociais, e essas relações ficam assinaladas no espaço, que é transformado, apropriado, demarcado. Essa dimensão histórica do espaço pode ser observada mesmo fora da contiguidade espacial. Assim, desde que aparece a primeira notícia sobre um espaço, mesmo que esse espaço não esteja integrado ao território do estado-nação, mesmo que não esteja incorporado às relações de produção, mesmo que ele não tenha sido visitado pelos homens – ele pode se incorporar aos relatos dos indivíduos, passando assim a fazer parte do imaginário de uma sociedade. Observar o espaço, descrevê-lo, narrá-lo, é, portanto, inscrevê-lo na história.

O que designamos como “espaço” apresenta dimensões as mais diversas. É o chão, nas grandes extensões desabitadas, o solo rural ou o solo urbano, o oceano, o ar. O estudo que o historiador realiza sobre o espaço pode incorporar as formas de produção e apropriação, mas igualmente as formas como os indivíduos

apreciam e percebem esse espaço, a partir inclusive de suas sensações corporais, o que nos remete a uma história das sensibilidades que deve estar atenta à relação dos homens com os elementos naturais, como as árvores, por exemplo, uma dimensão recentemente explorada pelo historiador Alain Corbin no livro *La douceur de l'ombre*, em que ele estuda os sentimentos que as árvores tem inspirado aos indivíduos, desde a Antiguidade.

Vale notar que o mundo natural não deve ser compreendido apenas como uma dimensão exterior ao indivíduo. Frequentemente quando os indivíduos falam dos elementos naturais (montanha, mar, deserto, floresta...) eles estão falando também de si ou da sociedade na qual estão inseridos. Essa é uma das formas sob as quais aparece a dimensão subjetiva do espaço.

Espacialidades: Em sua obra “**O Pântano e o Riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX**”² o senhor disserta sobre a relação do homem e o ambiente natural no processo de desenvolvimento urbano da cidade do Recife, bem como entre grupos com projetos distintos para a fisionomia da cidade. Gostaríamos que o senhor falasse um pouco de sua compreensão a respeito desse processo no qual o ser humano se coloca em constante produção de seu próprio ambiente num sentido amplo. Queríamos, ainda, em específico, que o senhor falasse um pouco sobre as implicações da existência das áreas de manguezais no caso da cidade estudada.

Prof. Raimundo Arrais:

Os homens existem não como abstrações, entidades genéricas, mas como seres situados no tecido das relações sociais. Essa é uma antiga lição cara aos historiadores. O mesmo acontece com a ideia da relação entre homem e natureza nas sociedades de classe. Aqui, não é propriamente o homem, mas os homens, na sua diversidade de conhecimentos e meios técnicos e sobretudo nas suas divisões sociais, que fazem da natureza um objeto de apropriação, uma apropriação socialmente desigual. A apropriação social da natureza inscreve valor sobre ela, valor no sentido mercantil, mas também valor no sentido subjetivo (valores).

Nas cidades, essas divisões sociais frequentemente assumem um elevado grau de complexidade e intensidade e por vezes elas se projetam de modo flagrante sobre o espaço, algo que pode ser visto, por exemplo, nas formas de apropriação do solo urbano.

Um exemplo particular desse último tipo de valor: o estudo da relação entre os indivíduos e o “meio natural” do Recife do século XIX me convenceu da força que adquiriram as representações espaciais naquela cidade, notadamente em torno das noções de terras “secas” e de terras “úmidas”. “Seco” e “úmido” eram mais do que condições naturais, eram noções carregadas de valores morais e

² ARRAIS, Raimundo P. A. **O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

somente pude encontrar o significado e as nuances desses valores nas relações sociais observadas no intervalo de meio século. Assim, o mangue era a área úmida e insalubre e as moradias atoladas nos mangues estavam carregadas da ideia de coisas repugnantes e perigosas, não apenas as casas, mas os seres que as habitam. Se os manguezais que compõem a principal vegetação das áreas úmidas do Recife apresentam uma indiscutível importância sob o ponto de vista da reprodução da vida animal dos rios e do mar, desempenham também o papel decisivo de “fazedores de solo”, transformação da água em umidade e a umidade em solo edificável.

Essas representações sobre o espaço não são fixas, elas se modificam. A busca dessa dinâmica entre mudanças e permanências é uma das tarefas do historiador. Podemos ilustrar isso no objeto do livro *O pântano e o riacho*, lembrando que a partir dos anos 1930, com a obra de Josué de Castro e, em certa medida e noutra direção, com a obra de Gilberto Freyre, os mangues começaram a ser concebidos como ambiente natural e cenário de uma trama social e urbana. Esses dois autores são matrizes literárias importantes para algumas representações contemporâneas sobre o mangue recifense, nas quais o mangue figura como o solo de um drama social dilacerante mas também o solo de onde emergem certas narrativas identitárias sobre o Recife.

Espacialidades: De que forma a memória cidadina – enquanto fonte de pesquisa histórica – individual ou coletiva, sobre o espaço e as relações sociais desenvolvidas nele é capaz de conectar a História Urbana à História Ambiental?

Prof. Raimundo Arrais:

Seria uma percepção equivocada conceber o objeto da história urbana e o objeto da história ambiental rigorosamente separados. Não há como separar de modo rígido os dois campos. Primeiramente em virtude da falta de consenso sobre o significado de História urbana, sobretudo se pensarmos em algumas linhas de estudos desenvolvidas por urbanistas, historiadores da cidade e historiadores do urbano. Mas há outras razões para isso: por vezes, a cidade está absolutamente entranhada nos ambientes naturais, sofrendo inclusive as tragédias advindas de uma certa cultura que orienta a relação entre os indivíduos e a natureza, como mostram alguns estudos do historiador norte-americano Mike Davis; por vezes, os ambientes naturais estão encravados dentro da cidade, mesmo que na condição de “natureza construída”, submetida aos imperativos do planejamento, como os jardins públicos e as florestas urbanas.

Os jardins, os bulevares e sobretudo os rios continuam a interferir fortemente nos ambientes construídos das cidades, associados às necessidades vitais dos moradores da cidade (abastecimento hídrico, purificação do ar, amenização do calor, absorção das águas das chuvas torrenciais), e por vezes servindo de base para a construção das identidades urbanas. Para nos reportarmos ainda uma vez ao caso do Recife, publiquei há algum tempo um artigo (*O rio da memória*: os

rios da cidade do Recife e os intelectuais recifenses da primeira metade do século XX³) procurando demonstrar como as mudanças urbanas entre o século XIX e XX e as mudanças na dinâmica entre o rio e o mar naquele período afetaram a memória ancorada sobre o rio que corta a cidade, o rio Capibaribe. Pude perceber que para esse rio passaram a convergir as ansiedades de certos grupos sociais recifenses. Esse é um exemplo de como se articulam a vida urbana, a natureza e a memória.

Espacialidades: Recentemente o senhor tem pesquisado sobre o arquipélago de São Pedro e São Paulo. O que atrai o olhar de um historiador sobre um conjunto de pequenas ilhas encravadas no meio do oceano Atlântico, até há pouco de interesse apenas de biólogos, oceanógrafos e geólogos? Que diálogos o historiador pode estabelecer com essas outras áreas na busca pela construção de uma história ambiental?

Prof. Raimundo Arrais:

O interesse pelo Arquipélago São Pedro e São Paulo nasceu da combinação de uma oportunidade institucional (o lançamento de um edital de financiamento de pesquisa pelo Proarquipélago-CNPq e Marinha do Brasil), de um desejo de prosseguir a pesquisa sobre os aviadores que atravessavam o Atlântico, passando sobre lugares ermos como os rochedos de São Pedro e São Paulo, e ainda, de uma circunstância trágica que atraiu minha atenção: o acidente com o avião Air France em 2009, nas proximidades dos rochedos, justamente três meses depois de eu ter chegado à França, para o pós-doutoramento, tendo feito a mesma travessia sobre os rochedos, igualmente num airbus da Air France.

A pesquisa desenvolvida durante o pós-doutoramento sobre os aviadores franceses que passaram por Natal antes da Segunda Guerra mundial me despertou a atenção para o significado que os pilotos, na metade do caminho entre a África e a cidade de Natal, atribuíam aos rochedos, quando os visualizavam do alto. A partir dessa indagação, o projeto foi ampliado e tomou a forma atual.

O maior desafio desse projeto é indagar sobre o lugar da história nos espaços em que aparentemente a história não tem lugar, espaços pouco ou quase nada marcados pelos sinais da história. De fato, esses rochedos pertencem há muito ao Estado brasileiro mas até duas décadas atrás foram negligenciados. O longo caminho que levava a eles, ou seja, as 530 milhas náuticas (aproximadamente 1.000 quilômetros) a partir da costa natalense, impõe ao historiador desses rochedos o desafio de se debruçar sobre os traços humanos deixados sobre as águas oceânicas (os navios, as rotas, a viagem, os longos deslocamentos dos

³ ARRAIS, Raimundo P. A. O rio da memória: os rios da cidade do Recife e os intelectuais recifenses da primeira metade do século XX. In.: ARRUDA, Gilmar (Org). **A natureza dos rios: História, Memória e Territórios**. Curitiba: Editora da UFPR, 2008, p. 73-94.

navios no Atlântico), além das demarcações que os Estados foram construindo sobre essa matéria informe e móvel que é o oceano.

A história ambiental está sendo enfatizada nessa pesquisa, uma vez que o livro e o documentário são percorridos pelos significados que foram sendo atribuídos àquele conjunto de rochas nos últimos séculos. Podemos acompanhar como eles passaram de uma condição de insignificância, em seguida foram associados à segurança oceânica e às obrigações do Estado brasileiro diante da comunidade internacional, até que, a partir de uma conjunção de forças, entre as quais a busca de se intensificar a exploração de recursos pesqueiros, os interesses geoestratégicos e o incremento da pesquisa científica brasileira sobre os oceanos, a Marinha do Brasil, com o apoio de outros órgãos governamentais, instalou no local uma estação científica.

Espacialidades: Quais as dificuldades encontradas ao trabalhar com o mar e o naval como objeto de estudo histórico? Quais e como são trabalhadas as fontes?

Prof. Raimundo Arrais:

A grande dificuldade está ligada ao trabalho do historiador com o silêncio, aceitar o desafio de incorporar o silêncio à tessitura histórica, e ao mesmo tempo sem procurar preencher esse silêncio com elaborações teóricas que dispensem a “carne da história”, como disse um historiador francês. Sobretudo porque a proposta final do projeto é produzir um material destinado ao grande público (um livro e um documentário), o que impõe, portanto, a exigência de se aliar ao cuidado na pesquisa histórica e no estabelecimento dos fatos, a leveza na narrativa.

A grande dificuldade consiste em apreender a dimensão histórica daqueles rochedos distantes e inexplorados, cercados pelo oceano Atlântico e, dessa forma, se impõe a questão: em que situações, quando e porquê aqueles rochedos estavam cercados pelo silêncio e em que medida, em que condições históricas esse silêncio vai sendo rompido. Em grande medida ignorado pelas ciências sociais, o oceano Atlântico passou a despertar fortemente a atenção a partir do momento em que se deu a conjugação de pressões mundiais associada às necessidades de recursos pesqueiros e energéticos, aos interesses estratégicos das nações, o que afetou o teor do atual Direito Marítimo Internacional.

Pelo fato de os rochedos estarem situados no ponto de passagem do Atlântico, ao longo desses cinco séculos, esses rochedos foram vistos muitas vezes, ao longo dos séculos, mas poucas vezes foram mencionados. As fontes principais para o seu estudo são os documentos oficiais emanados da Marinha do Brasil (relatórios, cartografia, livros de aviso), debates na Câmara dos Deputados e no Senado, relatórios científicos de expedições brasileiras e de outras nações, a partir do século XIX, relatos de viagem de militares, cientistas, aventureiros, viajantes em geral.

Espacialidades: Como o mar e os ambientes marítimos (as praias, as ilhas, os arquipélagos) são compreendidos a partir de uma perspectiva histórica e espacial?

Prof. Raimundo Arrais:

Há muito os historiadores têm abordado os ambientes marítimos. Uma parte desses historiadores têm se dedicado às praias, tratando de temas associados às formas de apreciação do mar, o banho de mar, a higiene, ou às transformações ocorridas na organização espacial e à modificação da paisagem nas áreas de marinas, sob o impacto do mercado turístico.

As ilhas oceânicas tem sido objeto menos da história do que da geopolítica e da antropologia, por exemplo. Entre os historiadores o que tem predominado são os temas da história naval e militar, compreendendo uma gama de estudos sobre batalhas e técnicas militares, mas há outros domínios, como aqueles voltados para o patrimônio ou a vida cotidiana dos homens no mar.

Algumas noções importantes para se refletir sobre o oceano provêm de outros domínios, com os quais o historiador marítimo forçosamente precisa dialogar, como a geografia, entre outras disciplinas. Penso, por exemplo, na noção de “construção social” do oceano, utilizada pelo geógrafo Philip Steinberg. Numa perspectiva de grande escala, os oceanos podem ser analisados a partir da noção clássica de territorialidade, para se pensar o papel dos Estados, que investem fortemente meios para conhecer cientificamente e explorar essa fronteira economicamente. Contemporaneamente, o oceano, sobretudo nas áreas próximas da costa, é um espaço esquadrihado totalmente por demarcações sob o controle dos estados, consagradas no Direito Marítimo Internacional, formando divisões como “mar territorial”, “águas interiores”, “zona contígua”.